

Dívida da União aumentou mais de R\$ 100 bilhões depois do Real

■ Empréstimo para socorrer bancos contribuiu para o salto e governo irá cortar gastos

SÍLVIA MUGNATTO *

BRASÍLIA — A dívida do governo continua crescendo. Em julho, a dívida em títulos (mobiliária) aumentou R\$ 6,3 bilhões. Em dois anos de Plano Real o crescimento foi assustador, — R\$ 100,9 bilhões — cifra que é superior ao estoque da dívida externa de todo o setor público, que hoje é de US\$ 90 bilhões. Em julho a dívida em títulos chegou a R\$ 160,4 bilhões e aumento do mês passado decorreu, principalmente, dos empréstimos aos bancos, que, conforme antecipou o **JORNAL DO BRASIL** na edição de terça-feira passada, atingiram nível recorde de R\$ 4,6 bilhões.

Preocupado com a situação fiscal, o governo vai cortar mais despesas. "Estamos entrando nesse processo, que é doloroso, de reduzir o tamanho da máquina administrativa", disse o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros. O secretário disse que novas medidas serão tomadas até o fim do ano, mas não precisou se serão adotadas antes ou após as eleições.

Mendonça de Barros disse que o ajuste fiscal é muito mais lento depois do primeiro ano de estabilização da economia porque a inflação deixa de corroer os gastos do governo. O secretário afirmou que o processo de redução das despesas de custeio passará pelo remanejamento de pessoal de setores do governo que serão redimensionados.

Bancos — Segundo dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC), a dívida mobiliária federal já

A evolução no Real*

Período		(Em R\$ bilhões)
1994	Jul	59,5 (lançamento do Plano Real)
	Dez	61,7 (Crise do México)
1995	Mar	65,3 (1ª desvalorização do real)
	Jun	69,5 (Mudança na banda cambial)
	Ago	92,3 (Intervenção no Econômico)
	Nov	109,0 (Intervenção no Nacional e Criação do Proer)
1996	Dez	108,4 (Descoberta da Pasta Rosa)
	Mai	151,2 (Aumento do salário mínimo e das aposentadorias)
	Jul **	160,4

Obs: (*) Dívida em títulos do governo federal

(**) Dados preliminares

corresponde a 22,2% do Produto Interno Bruto. O aumento em julho foi causado principalmente, pelo volume de empréstimos de curto prazo (redesconto) do BC aos bancos.

No mês passado, o BC iniciou a reformulação das condições dos empréstimos de curto prazo. Antes, o governo cobrava taxas de juros punitivas dos bancos com dificuldades temporárias de caixa. Com as mudanças, os bancos passaram a ter acesso a uma linha de curto prazo corrigida apenas pela Taxa Básica do Banco Central (TBC), o que aumentou o acesso ao redesconto.

Proer — Em julho, segundo o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, os bancos precisaram de dinheiro e, como a TBC ficou abaixo das taxas de mercado, o empréstimo do BC ficou ain-

da mais atraente. Ou seja, mesmo os bancos que não precisavam de dinheiro, buscaram o redesconto, reemprestaram os recursos e lucraram com a diferença das taxas.

Altamir explicou, porém, que antes das mudanças no redesconto, parte desses empréstimos era feita diariamente pelo próprio BC através de operações compromissadas, ou seja, de troca de títulos com o mercado — o BC vendia títulos de manhã aos bancos com o compromisso de recomprá-los no fim do dia.

Do total dos empréstimos do BC aos bancos em julho, R\$ 170 milhões foram de operações do Programa de Estimulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (Proer), o programa de socorro aos bancos.

* Colaborou Alexandre Pinheiro